

“Justiça é morosa”, diz Junqueira

Belo Horizonte — o procurador-geral da República Aristides Junqueira, acredita que os parlamentares envolvidos no escândalo da CPI irão participar do processo da revisão constitucional até o final. Segundo Junqueira, dificilmente a Justiça terá tomado qualquer providência com relação aos acusados antes do término da revisão. “É possível agilizar a propositura das ações, mas é preciso reconhecer que a Justiça é morosa, seja civil ou penal”, afirmou.

Aristides Junqueira lembrou que, até o momento, só recebeu o

relatório final da CPI e que apenas para a próxima semana aguarda os documentos que serão analisados juntamente com o relatório. Ele disse que o presidente da CPI, Jarbas Passarinho, já o comunicou que os documentos pesam uma tonelada. A Procuradoria formará uma equipe grande para os trabalhos.

Além da responsabilidade penal dos envolvidos no escândalo do orçamento, Junqueira disse que a Procuradoria pretende fazer com que os culpados devolvam o dinheiro aos cofres públicos e também tenham suspensos seus direitos políti-

cos por 10 anos. O procurador-geral lembrou que as investigações não ficarão restritas aos nomes citados no relatório final da CPI.

Segundo ele, o inquérito policial aberto logo após as denúncias feitas por José Carlos Alves dos Santos apura as responsabilidades de todos os denunciados. “Nossas investigações vão mais além. Temos plena liberdade para apurar todos os fatos”, ressaltou, acrescentando que, caso, seja necessário, o Ministério Público poderá pedir novos documentos bancários e fiscais e ainda outros relativos a repartições públicas.